



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

DECISÃO DO PREGOEIRO

**PROCESSO Nº:** 23754.000317/2024-12 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025

**OBJETO:** Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de comunicação, destinados a atender as necessidades do Instituto Federal do Amazonas Campus Tefé.

**RECORRENTE:** 56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO, CNPJ Nº 56.979.281/0001-20;

**RECORRIDO:** RLUX ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 23.535.805/0001-35.

**I – SINOPSE DOS FATOS**

1. Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela empresa 56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO, CNPJ Nº 56.979.281/0001-20, contra a decisão que aceitou a proposta e habilitou a empresa RLUX ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 23.535.805/0001-35, no âmbito do Pregão nº 90001/2025, com relação ao item 10 (Pilha tamanho Palito, modelo Aaa, sistema eletroquímico: Lithium, tensão nominal: 1,5 V); e item 11 (Pilha tamanho Pequena, modelo Aa, não recarregável, sistema eletroquímico: Alcalina, tensão nominal: 1,5 V).
2. A empresa recorrente manifestou-se contrária à decisão de aceitação da proposta e habilitação da empresa RLUX ILUMINAÇÃO LTDA, alegando que a recorrida feriu as regras do edital, bem como de seus anexos, devendo, portanto, ser desclassificada do presente certame. Diante disso, o pregoeiro, considerando o cabimento e a tempestividade, aceitou os recursos interpostos para análise
3. Ressalta-se que a presente sinopse tem por objetivo apenas introduzir os fatos apresentados, sendo a pormenorização e análise detalhada realizada no corpo do presente documento.
4. Os recursos e as contrarrazões encontram-se disponíveis para consulta no Portal de Compras do Governo Federal: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, informando a unidade de compra: **155440** e o número da compra:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**90001/2025.** Após a decisão do pregoeiro, ela será disponibilizada no portal institucional, no seguinte endereço: <https://www2.ifam.edu.br/campus/tefe/administracao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-2025/pregao-eletronico>. A decisão também poderá ser consultada no processo através do link: <https://sig.ifam.edu.br/public/jsp/portal.jsf>, informando o número do processo: **23754.000317/2024-12**.

**II – DA ADMISSIBILIDADE**

5. Conforme o art. 165 da Lei nº 14.133/2021, os atos da Administração Pública decorrentes de procedimentos licitatórios estão sujeitos à interposição de recursos administrativos, que garantem o contraditório e a ampla defesa. No caso de recursos sobre a aceitação de propostas e a habilitação de licitantes, é essencial observar os critérios de admissibilidade previstos na legislação:

6. O licitante que se sentir prejudicado por decisões relacionadas ao julgamento de propostas ou à habilitação ou inabilitação própria ou de outro licitante deve respeitar o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data de intimação ou da lavratura da ata (art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c"). Conforme o §1º do art. 165, a intenção de recorrer deve ser manifestada imediatamente após a ciência do ato, sob pena de preclusão. Caso não manifeste sua intenção no momento oportuno, o direito ao recurso será perdido.

7. Após a manifestação da intenção de recorrer, o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões recursais tem início na data de intimação ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação. No caso de adoção da inversão de fases, o prazo se iniciará a partir da ata de julgamento.

8. Conforme o inciso II do §1º do art. 165, a apreciação dos recursos interpostos sobre o julgamento das propostas ou a habilitação de licitantes ocorrerá em fase única, o que exige que todos os pontos recursais sejam apresentados de forma clara e completa, pois não haverá nova oportunidade de discussão no mesmo âmbito processual.

9. O recurso deve ser dirigido à autoridade que proferiu a decisão recorrida. **Caso essa autoridade não reconsidere o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis**, o recurso será encaminhado à autoridade superior, que deverá proferir a decisão final no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento dos autos (art. 165, §2º).



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**  
**CAMPUS TEFÉ**



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

10. Se o recurso for acolhido, a decisão terá o efeito de invalidar apenas os atos que não possam ser aproveitados, respeitando o princípio da eficiência e a preservação dos atos lícitos e válidos do processo (art. 165, §3º).

11. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao recurso no mesmo prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso (art. 165, §4º). Esse procedimento assegura a isonomia e o direito de manifestação de todos os envolvidos no certame.

12. Durante a tramitação do recurso, será garantido ao licitante o direito de vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, conforme previsto no §5º do art. 165. Isso inclui o acesso à documentação e aos dados necessários para a elaboração adequada e fundamentada das razões recursais.

13. Considerando que as presentes peças recursais, assim como as contrarrazões, foram tempestivamente interpostas, observando os prazos e procedimentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, e que a intenção de recorrer foi devidamente manifestada, constata-se que os requisitos de admissibilidade foram cumpridos. Assim, passa-se à análise das alegações apresentadas pelas recorrentes e das contrarrazões apresentadas pela recorrida.

**III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE**

14. Conforme mencionado acima, a íntegra das razões de recurso apresentadas pelas RECORRENTES pode ser visualizada no Portal de Compras do Governo Federal: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnetweb/public/compras>, o qual segue abaixo reproduzido em breve síntese:

*“A empresa recorrente manifestou intenção de recurso contra a habilitação da empresa RLUX ILUMINAÇÃO LTDA, com CNPJ 23.535.805/0001-35, a qual deve ser revista pelos motivos a seguir elencados. Demonstrada, portanto, a tempestividade do presente recurso.*

***DA NECESSÁRIA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA RLUX ILUMINACAO LTDA***

*Pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital. No presente caso, a referida empresa não atendeu a diversas regras entabuladas no instrumento convocatório ao não apresentar toda*



### COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

*documentação necessária e, dentre a apresentada, o fazê-lo de maneira irregular, incompleta e com falhas. Muito importante salientar que, dentre todos os descumprimentos que serão descritos a seguir, a simples inobservância a qualquer um deles já é razão suficiente para a desclassificação da referida empresa. ”*

#### IV. SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA 56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO, CNPJ nº 56.979.281/0001-20

15. A empresa **56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO**, CNPJ nº 56.979.281/0001-20, interpôs recurso administrativo em face da aceitação das propostas da empresa **RLUX ILUMINAÇÃO LTDA** referentes aos itens 10 e 11 (ambos relativos a pilhas), no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90001/2025, realizado pelo IFAM Campus Tefé.

#### FUNDAMENTAÇÃO ITEM 10

16. A recorrente alega que a empresa **RLUX ILUMINAÇÃO LTDA** descumpriu os termos do edital ao deixar de apresentar documentos indispensáveis à habilitação e à qualificação técnica, em especial:
- A ausência do **Certificado de Regularidade do IBAMA**, documento que também abrange o **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP)**, conforme exigido;
  - A não apresentação de **catálogo e folder dos produtos**, exigidos pelo Termo de Referência.

#### FUNDAMENTAÇÃO ITEM 11

17. A recorrente argumenta que a empresa recorrida não atendeu a requisitos importantes do edital, em especial:
- Falta de envio de documento de **Laudo Técnico (Relatório de Ensaio)**;
  - Ausência de **Certificado de Regularidade IBAMA** emitido junto ao Ministério do Meio Ambiente; documento que também abrange o **Cadastro Técnico Federal de**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), conforme exigido;**

- Não envio de nenhuma documentação com diversas informações relativas ao produto (incluindo as certificações que o mesmo atende como CONAMA e ISO), além de outras relativas aos cuidados, segurança e composição química do mesmo.
- A não apresentação de **catálogo e folder dos produtos**, exigidos pelo Termo de Referência.

18. A empresa recorrente ressalta a importância do princípio da vinculação ao edital, destacando que todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as exigências estabelecidas para garantir a isonomia e a transparência do processo licitatório.

19. Diante do exposto, requer a **desclassificação da empresa RLUX ILUMINAÇÃO LTDA**, com a consequente convocação da proposta subsequente, bem como a **aplicação das sanções cabíveis previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, por descumprimento das exigências do certame.

**V – DAS CONTRARRAZÕES**

20. A licitante **RLUX ILUMINAÇÃO LTDA**, não apresentou suas contrarrazões em relação aos recurso interpostos pela empresa **56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO**, conforme pode ser verificado no Portal de Compras do Governo Federal: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, informando a unidade de compra: 155440 e o número da compra: 90001/2025.

21. É o breve relato DECIDO.

**VII – FUNDAMENTAÇÃO**

**22. ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES DA EMPRESA 56.979.281 RICARDO FERNANDES FEITOSA BENEDICTO, CNPJ nº 56.979.281/0001-20**

Para a análise do presente recurso, levar-se-á em consideração os itens que compõem o 'Tópico II – DO NÃO CUMPRIMENTO DOS ITENS DO EDITAL', onde se encontram os principais pontos levantados.

**23. Descumprimento itens 10 e 11 dos termos do Edital (argumentos similares)**



### COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

24. A recorrente alega que pelo princípio do vínculo ao instrumento convocatório, todos os licitantes devem cumprir rigorosamente as regras previstas no edital. Alega que a empresa **RLUX ILUMINAÇÃO LTDA** não atendeu a diversas regras entabuladas no instrumento convocatório ao não apresentar toda documentação necessária e, dentre a apresentada, o fazê-lo de maneira irregular, incompleta e com falhas. Como exemplo de documentação pendente cita o Certificado de Regularidade IBAMA emitido junto ao Ministério do Meio Ambiente, através de seus Cadastros Técnicos Federais, a emissão do CR (Certificado de Regularidade) à fabricante do produto aqui ofertado.

Aponta que tal documento sinaliza não apenas a aptidão da empresa em fornecer, com aval do Ministério do Meio Ambiente, o produto aqui ofertado, como também que este aval é atualizado, uma vez que o Certificado de Regularidade é emitido com data de validade, sendo necessária à sua renovação constante pelo fabricante, o que garante que realmente o objeto ofertado encontra-se em totais condições de atender a contratante na atual data da contratação. Além disso, tal documento também trata a respeito do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), o que, em conjunto com todo o exposto até aqui, motivou o pedido de desclassificação da atual empresa por não apresentar o mesmo.

**25. Análise:** Após reanálise dos autos, também cumpre destacar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração Pública a se ater às exigências previstas no edital. Após análise do recurso e conferência dos termos do edital, verifica-se que os documentos indicados como ausentes não foram exigidos expressamente no instrumento convocatório, tampouco como condição para habilitação ou classificação da proposta.

Portanto, não se pode imputar à recorrente a obrigação de apresentar documentos não previstos no edital, sob pena de violação dos princípios da legalidade, do devido processo legal e da isonomia entre os licitantes.

Cumpre destacar que esse princípio obriga a Administração Pública a se ater estritamente às exigências previstas no edital. Assim, constatou-se que os documentos indicados como ausentes no recurso **não foram expressamente exigidos** no instrumento convocatório, tampouco como condição para habilitação ou classificação da proposta.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Ressalte-se, ainda, que é facultado a qualquer pessoa considerada parte legítima, conforme dispõe o art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital no prazo de até 03 (três) dias antes da data de abertura do certame. Após iniciadas as fases do procedimento licitatório, não é possível pleitear a alteração das regras editalícias com o intuito de beneficiar a si próprio ou a terceiros.

Portanto, não se pode imputar à licitante a obrigação de apresentar documentos que não constam no edital, sob pena de violação aos princípios da legalidade, do devido processo legal e da isonomia entre os participantes.

Ademais, a decisão do agente público não pode ser tomada de forma discricionária, devendo estar sempre embasada em critérios objetivos e legais. Tal conduta é essencial para assegurar a transparência, a imparcialidade e a justiça nos processos licitatórios, evitando que atos punitivos sejam adotados sem a devida análise dos argumentos e das provas apresentadas.**28.**

**26. Descumprimento itens 10 e 11 dos termos do Edital (argumentos similares)**

27. A recorrente alega que a recorrida deixou de apresentar documentos como o catálogo ou folder nos itens 10 e 11, salientando que a empresa não cumpre com o solicitado em edital que é a disponibilização de documentos e arquivos complementares que auxiliem o Pregoeiro e a equipe técnica a terem certeza do produto exato que estarão recebendo.

**28. Análise:** Após reanálise dos autos, verificou-se que a empresa efetivamente apresentou o catálogo exigido, dentro do prazo estipulado no edital e conforme os termos do instrumento convocatório. A documentação encontra-se devidamente protocolada e anexada aos autos. Dessa forma, resta afastada a justificativa para a inabilitação, uma vez que o motivo alegado não se confirma nos autos, e a empresa cumpriu integralmente com a exigência editalícias.

Verifica-se também, dos autos, que a empresa efetivamente enviou o catálogo técnico no momento da proposta relativa ao item 10, onde foi constatado que o catálogo apresentou as especificações dos dois itens, sendo, portanto, admissível a utilização do material técnico anteriormente apresentado. Ademais, não há nos documentos do certame disposição expressa exigindo o reenvio do catálogo técnico para cada item individualmente.

**29. Descumprimento item 11 dos termos do Edital**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

30. Alega que a empresa **RLUX ILUMINAÇÃO LTDA** não atendeu a diversas regras entabuladas no instrumento convocatório ao não apresentar toda documentação necessária e, dentre a apresentada, o fazê-lo de maneira irregular, incompleta e com falhas. Como exemplo de documentação pendente cita o documento de Laudo Técnico (Relatório de Ensaio). Ressalta que tal documento é imprescindível para que sejam comprovadas todas as características do produto ofertado, de maneira que a contratação através deste pregão possa garantir ao contratante total segurança e pleno conhecimento do que está sendo contratado, como a entidade responsável pelo laudo com a respectiva data de realização do ensaio; dados do fabricante e do objeto ensaiado; documentos normativos utilizados; documentos complementares, incluindo a resolução CONAMA; condições ambientais; observações; amostras realizadas e resultados, o que em conjunto com todo o exposto até aqui, motivou o pedido de desclassificação da atual empresa por não apresentar o mesmo.

**31. Análise:** Em relação ao primeiro item apontado como descumprido, após análise do edital observou-se que recurso apresentado não encontra previsão no edital de licitação, o qual rege todo o procedimento, em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021). Cumpre destacar que o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração Pública a se ater às exigências previstas no edital. Após análise do recurso e conferência dos termos do edital, verifica-se que os documentos indicados como ausentes não foram exigidos expressamente no instrumento convocatório, tampouco como condição para habilitação ou classificação da proposta.

Portanto, não se pode imputar à recorrente a obrigação de apresentar documentos não previstos no edital, sob pena de violação dos princípios da legalidade, do devido processo legal e da isonomia entre os licitantes.

Ademais, a decisão do agente público não pode ser discricionária, devendo ser embasada em critérios objetivos e legais. Tal conduta é essencial para assegurar a transparência, a imparcialidade e a justiça nos processos licitatórios, evitando que atos punitivos sejam tomados sem a devida análise dos argumentos e provas apresentados.

**32. Descumprimento item 11 dos termos do Edital**





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS  
CAMPUS TEFÉ



**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

33. Outra alegação foi que a recorrida não apresentou nenhuma documentação com diversas informações relativas ao produto (incluindo as certificações que o mesmo atende como CONAMA e ISO), além de outras relativas aos cuidados, segurança e composição química do mesmo.

**34. Análise:** Como apontado anteriormente, após análise do recurso e conferência dos termos do edital, verifica-se que os documentos indicados como ausentes não foram exigidos expressamente no instrumento convocatório, tampouco como condição para habilitação ou classificação da proposta.

**VI – DISPOSITIVO**

35. Cumpre destacar que os dispositivos legais que regem a matéria, notadamente os princípios da legalidade e do devido processo legal, determinam que eventuais impugnações ou pedidos de alteração do edital devem ser apresentados no prazo estabelecido no próprio instrumento convocatório, sob pena de preclusão. Conforme o art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021, é facultado a qualquer pessoa considerada parte legítima solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital até 03 (três) dias antes da data de abertura do certame. Após o início das fases do procedimento licitatório, não é possível pleitear modificações nas regras editalícias com o intuito de beneficiar a si próprio ou a terceiros.

36. O pregoeiro, no uso de sua atribuição conferida pelos incisos III, VI e VII do art. 17 do Decreto nº 10.024/2019, considera **IMPROCEDENTES** as alegações da Recorrente e, norteado pelos princípios da legalidade, impessoalidade, celeridade processual, vedação ao excesso de formalismo e vinculação ao instrumento convocatório, **DECIDE** manter a aceitação da proposta da licitante RLUX ILUMINAÇÃO LTDA, CNPJ 23.535.805/0001-35, cujos documentos e proposta de habilitação encontram-se juntados aos autos e podem ser visualizados no Portal de Compras do Governo Federal, acessível em: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras>, informando a unidade de compra: 155440 e o número da compra: 90001/2025 ou no portal <https://sig.ifam.edu.br/public/jsp/portal.jsf>, informando o número do processo: 23754.000317/2024-12.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**



**CAMPUS TEFÉ**  
**COORDENAÇÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Tefé – AM, 22 de abril de 2025

Jéssica Bruna Santos Ferreira – Pregoeira

SIAPE nº 3326420